

Beltrão condena acordo sobre a dívida externa

Da sucursal do
RIO

"Um defunto não paga dívidas e os credores do Brasil sabem que não devem deixar o País chegar a essas condições." A opinião é do ex-ministro Hélio Beltrão que, ontem, no Rio, durante uma entrevista a uma emissora de rádio carioca, reiterou a sua condição de "presidenciável" e condenou veementemente as negociações que o governo brasileiro vem fazendo para o pagamento da dívida externa.

Hélio Beltrão voltou a defender "a aterrissagem no Brasil real", alegando que a centralização do poder faz com que o País viva num "mundo de idealismos, sem contatos com a realidade". O ex-ministro da Previdência criticou o excesso de burocracia na administração do País, afirmando que "o Poder Legislativo é,

atualmente, muito mais exercido pelo Executivo, que determina o que pode ou não ser feito. E também julga porque qualquer um dos mais de 600 conselhos que existem na administração central são capazes de decidir sobre a vida dos cidadãos e das empresas, mais do que um ato do Poder Judiciário".

Quanto à dívida externa brasileira, Hélio Beltrão acusou o governo de ter "falta de preocupação política, realismo e audácia. É óbvio que o Brasil não tem condições de pagar uma dívida desse vulto, com os juros e as condições contratuais vigentes. Isso também é evidente para os credores".

Segundo Beltrão, as negociações internacionais deveriam partir da premissa de que "é necessária a retomada do desenvolvimento econômico e a manutenção de um clima de tranquilidade social. Não podemos

pagar o preço insuportável de uma política recessiva".

O ex-ministro considera ainda que não haveria dificuldade alguma para mudanças no enfoque das negociações "pois o Brasil é um devedor viável, um bom pagador e um ótimo parceiro comercial. Quem deve cem bilhões de dólares tem a obrigação de falar alto e grosso, mas temos de ir às negociações com propostas realistas. Por enquanto, estamos negociando em níveis inadequados e com interlocutores inadequados".

"Postulamos menos do que precisamos" — prosseguiu — "e prometemos mais do que podemos cumprir. Temos de negociar de governo para governo, através dos bancos centrais dos países credores. Rolar a dívida, como estamos fazendo, pode ter sido conveniente para os banqueiros em 1983, mas certamente não o será em 1984."